cional que, salvaguardando as conveniências nacionais, dê justa expressão legal ao referido princípio de reciprocidade.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 1.^a parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. O artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 37 313, de 21 de Fevereiro de 1949, passa a ter a seguinte redacção:

Art. 16.º
 § 1.º
 § 2.º
 § 3.º

§ 4.º Exceptuam-se, porém, do disposto nos parágrafos antecedentes os súbditos espanhóis munidos de licença de uso e porte de arma de caça válida em Espanha que provem estar filiados em sociedades desportivas de tiro de chumbo ou de caça erectas segundo as leis do seu país e que venham a Portugal tomar parte em torneios ou caçadas a convite de autoridades oficiais ou de sociedades similares legalmente erectas em Portugal. Nestes casos ser-lhes-ão concedidas pelo chefe de qualquer dos postos fronteiriços da Polícia Internacional e de Defesa do Estado, gratuitamente e a título precário, autorizações especiais para a entrada das armas e munições de que pretendam fazer uso nos ditos torneios ou caçadas, as quais serão visadas e registadas nos respectivos serviços aduaneiros. Estas autorizações são válidas por dois meses e conterão a descrição sumária das características das armas e munições, não podendo a cada viajante ser concedida autorização para mais do que duas armas e 300 cartuchos do respectivo calibre, por arma.

As entidades concedentes, no próprio dia da emissão, participarão ao Comando-Geral da Polícia de Segurança Pública as autorizações que tenham concedido e, bem assim, na data oportuna, o regresso das armas e das munições sobrantes. Se o regresso tiver lugar por posto diferente do da entrada, idêntica participação deverá ser feita aos serviços policiais e aduaneiros do posto de entrada.

§ 5.º Os títulos das autorizações valerão, sem mais formalidades e durante o prazo da sua validade, como licença de uso e porte das armas a que respeitarem.

§ 6.º Os viajantes a quem tenham sido concedidas as autorizações a que se referem os §§ 4.º e 5.º não poderão regressar ao seu país sem as armas respectivas, e se findo o prazo de validade das autorizações não tiverem promovido o regresso dessas armas incorrem no delito fiscal de contrabando.

§ 7.º O regime previsto nos parágrafos anteriores fica dependente de concessão idêntica em favor dos súbditos portugueses.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 17 de Maio de 1961. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — António de Oliveira Salazar — Pedro Theotónio Pereira — Alfredo Rodrigues dos Santos Júnior — João de Matos Antunes Varela — António Manuel Pinto Barbosa —

Mário José Pereira da Silva — Fernando Quintanilha Mendonça Dias — Alberto Marciano Gorjão Franco Nogueira — Eduardo de Arantes e Oliveira — Manuel Lopes de Almeida — José do Nascimento Ferreira Dias Júnior — Carlos Gomes da Silva Ribeiro — José João Gonçalves de Proença — Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de Carvalho.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS

Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

Decreto n.º 43 697

Considerando que foi adjudicada à firma Soteprel — Sociedade Técnica de Projectos e Empreitadas, L.^{da}, a empreitada de «Estádio Nacional — Construção do hipódromo — Terraplenagens e drenagens, 2.^a fase (pavimentação e vedação)»;

Considerando que para a execução de tais obras, como se verifica do respectivo caderno de encargos, está fixado o prazo de 365 dias, que abrange parte dos anos de 1961 e 1962;

Tendo em vista o disposto no artigo 22.º e seu § 1.º do Decreto-Lei n.º 41 375, de 19 de Novembro de 1957;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato com a firma Soteprel — Sociedade Técnica de Projectos e Empreitadas, L.^{da}, para a execução da empreitada de «Estádio Nacional — Construção do hipódromo — Terraplenagens e drenagens, 2.^a fase (pavimentação e vedação)», pela importância de 2 516 027\$.

Art. 2.º Seja qual for o valor das obras a realizar, não poderá a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais despendar com pagamentos relativos às obras executadas, por virtude do contrato, mais de 1 365 000\$ no corrente ano e 1 151 027\$, ou o que se apurar como saldo, no ano de 1962.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República 17 de Maio de 1961. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — António de Oliveira Salazar — António Manuel Pinto Barbosa — Eduardo de Arantes e Oliveira.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Direcção-Geral de Fazenda

Portaria n.º 18 478

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, nos termos do artigo 13.º do Decreto n.º 35 770, de 29 de Julho de 1946, conjugado com o artigo 5.º do Decreto n.º 40 712, de 1 de Agosto de 1956, abrir um crédito especial de 700 000\$ a inscrever em adicional à tabela de despesa extraordinária do orçamento geral em vigor na província de S. Tomé e Príncipe, destinado ao acondicionamento de motores e outras despesas com reparações nos aviões dos